

PROJETO DE LEI Nº , DE 2017

(Do Sr. NILTO TATTO)

Altera o art. 1º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que “Institui o Vale-Transporte e dá outras providências”, a fim de estabelecer que os valores não utilizados pelos trabalhadores para o deslocamento residência trabalho e vice-versa serão destinados ao financiamento do transporte público coletivo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o vale-transporte, que o empregador, pessoa física ou jurídica, antecipará a todos os seus trabalhadores para utilização em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais.

Parágrafo único. Os valores relativos aos trabalhadores que não utilizarem o transporte coletivo público, nos termos do *caput* deste artigo, serão destinados a um fundo criado exclusivamente para financiar esse tipo de transporte, conforme o estabelecido em regulamento. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O transporte público deixa muito a desejar em nosso País, principalmente para os seus maiores usuários: os trabalhadores.

Nesse sentido, sugerimos que os empregadores possam contribuir para financiar o transporte público por meio do cumprimento de um dos direitos dos trabalhadores: o vale-transporte.

Hoje, pela Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o vale-transporte, o empregador, pessoa física ou jurídica, antecipará a todos os seus trabalhadores os valores correspondentes para efetiva utilização em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais.

Assim, somente os trabalhadores que se utilizam do transporte público têm direito ao vale-transporte. Para os demais, não há obrigação de o empregador desembolsar o valor.

Eis o ponto que queremos alterar: os valores relativos aos trabalhadores que não utilizarem o transporte coletivo público, nos termos do *caput* do art. 1º, serão destinados a um fundo criado exclusivamente para financiar esse tipo de transporte, conforme o estabelecido em regulamento pelo Poder Executivo que disporá sobre a criação desse fundo.

O transporte público nacional caracteriza-se pelo uso de ônibus, principalmente e, em uma menor incidência, por metrô e trens, nas grandes cidades. Apesar de a Constituição Federal estabelecer que o serviço de transporte deve ser administrado e mantido pelos municípios, os investimentos devem ser realizados também pelos estados e pelo Governo Federal.

As questões relativas ao transporte público vão além dos meios de transporte utilizados. Também se referem à mobilidade urbana e à infraestrutura existente para esse transporte, como instalações de acesso (pontos e estações), que deixam muito a desejar em nosso País, sendo consideradas inadequadas e ineficientes. Nesses aspectos, entendemos que os recursos oriundos do vale-transporte poderão melhorar as condições do transporte coletivo no Brasil.

Ante exposto, entendemos que os empregadores devem contribuir para o financiamento do transporte público, visando a atender adequadamente aos trabalhadores que utilizam esse tipo de transporte.

Essas são as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 2017.

Deputado Federal NILTO TATTO
PT/SP